

Regimento será votado hoje com guarda externa da PM

BRASÍLIA — A Mesa da Constituinte rejeitou ontem à noite projeto de resolução do Líder do PDS, Deputado Amaral Neto (RJ), que pedia a convocação de tropas federais para garantir a segurança das próximas votações da Constituinte. Mas decidiu pedir ao Governador do Distrito Federal, José Aparecido, que coloque 50 soldados da PM para fazer a segurança externa do Congresso. A vigilância interna continuará sendo feita pela segurança da Câmara e do Senado, que será redobrada.

Os líderes do Centrão ameaçaram até não votar a futura Constituição se não recebessem garantias de que poderão comparecer ao plenário sem pressões como as de quinta-feira, quando foi votada a proposta do grupo de alteração do Regimento.

O Deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP) justificou o pedido de requisição de tropas federais para cercar o Congresso e controlar o acesso às dependências do prédio.

— As Forças Armadas têm a função de guardar a Constituição. Elas guardam o Palácio do Governo, o Supremo Tribunal, os poderes. Então têm que nos guardar, porque somos um dos poderes.

Para o Segundo Vice-Presidente da Constituinte, Deputado Jorge Arbage (PDS-PA), o Regimento da Câmara permite que apenas as Polícias Civil e Militar sejam requisitadas.

Arbage, que também é Corregedor da Mesa, esclareceu as medidas estudadas. O acesso às galerias continuará sendo feito por meio de senhas distribuídas aos partidos, mas a segurança, que hoje conta com pouco mais de cem homens, será dobrada. O uso das dependências do Congresso durante os trabalhos da Constituinte ficará restrito à realização de convenções partidárias nacionais. A restrição das áreas de acesso ao edifício do Congresso para no máximo cinco — hoje há 14 — também está sendo estudada.



Ulysses (de costas, na cabeceira da mesa) discute com alguns centristas

Na sessão de hoje, novo confronto

BRASÍLIA — O Centrão e o grupo do Líder do PMDB, Senador Mário Covas, chegam hoje ao plenário da Constituinte com uma concordância, mas preparados para um novo embate: os dois grupos estão decididos a aprovar o projeto da Mesa de alteração do Regimento Interno, mas vão disputar no voto a definição de um de seus artigos, que trata da permissão para que uma emenda assinada por 280 constituintes tenha preferência automática.

Covas, que apresentará um destaque para incluir no texto a obrigatoriedade de votação da preferência para as emendas, acredita na aprovação do projeto da Mesa, porque "a Mesa procurou fazer um substitutivo incorporando tudo que havia sido combinado", embora seu teor não seja o ideal para seu grupo.

— Não é que o resto do projeto, além da questão das assinaturas, seja de meu agrado. Mas é o que se conseguiu na negociação — disse.

Atribuindo-as a "intrigas da oposição", Covas negou a informação, fornecida até por integrantes do Centrão, de que seu grupo, após intenso trabalho no fim de semana, havia conseguido votos do Centrão a seu

favor. Esta dissidência — que seria constituída por integrantes do Centrão que aceitam a votação da preferência para as emendas — foi admitida pelo próprio coordenador de mobilização do grupo, Deputado Daso Coimbra (PMDB-RJ), embora ele não a ache considerável e tenha garantido que colocará hoje no plenário 273 centristas, para derrotar o destaque de Covas.

— Nós tínhamos ganho e agora aceitamos uma composição. Teremos número suficiente para desestabilizar qualquer tentativa de derrubar o projeto da Mesa — disse Daso.

A garantia de que o Centrão não abrirá mão da questão das 280 assinaturas foi dada ontem por diversos de seus líderes. Outros setores, porém, acreditavam na possibilidade de acordo sobre este ponto na última hora. Esta era, por exemplo, a opinião do Líder do PMDB na Câmara, Ibsen Pinheiro, para quem a constatação de que alguns centristas apoiariam Covas hoje poderá levar os líderes do grupo a negociar, sob o argumento de que, após a vitória da semana passada, este assunto não valeria um confronto arriscado.

Destruição

AGITAÇÃO e propaganda são duas ações marcadamente distintas na ação política. O programa do PT, em hora conferida pela Justiça Eleitoral, não foi nem propaganda, nem agitação ingênua de políticos primários e irresponsáveis: foi agitação destrutiva. O objetivo do PT foi simplesmente destruir as duas fontes de ordem vigentes no País. A primeira simbolizada na figura do Presidente da República, isto é, a figura do poder constituído. A segunda fonte de ordem agredida foi a Assembleia Nacional, a que representa o poder constituinte, a consumir-se na nova Carta.

OS ATAQUES ao Presidente da República foram comandados por alguém que se candidata ao cargo de Presidente. Tal comando desclassificou o candidato. Quem não respeita a autoridade não terá condições de exercê-la. O uso perverso e malicioso de palavras e afirmações do Presidente Sarney, extraídas dos contextos em que foram proferidas, das circunstâncias e do sentido geral das mensagens presidenciais, teve o alvo claro de demolir, embora sem êxito, o centro do poder constituído. Se a este último faltasse a resistência necessária para seguir à frente da transição democrática, tudo estaria em risco, inclusive a Constituinte.

A CONSTITUINTE foi submetida a um bombardeio de sentido

claramente coercitivo. Presenciamos naqueles minutos a utilização de meios e modos típicos de luta de classe dirigida contra os constituintes. A chantagem política do PT ficou evidente no propósito revelado de não assinarem os seus constituintes a nova Carta.

QUE significa tal chantagem política? Em bom português intimação intolerável, já consumada no episódio nefando das ofensas e injúrias dirigidas, em coro bem orquestrado, ao plenário da Assembleia. Os fatos conjugados justificam plenamente a nossa denúncia de que estamos diante de política destrutiva, ou seja, da antipolítica. O PT ensaia retirar-se do jogo partidário legal. Cabe, por isso mesmo, à Justiça Eleitoral se perguntar, numa meditação grave para os destinos do País, se a lei que assegura a propaganda partidária deve acobertar agressões e ataques ao poder constituído e ao poder constituinte.

A ORDEM política foi desrespeitada; em nome dela exige-se que a opinião pública colha reparação, pois não se quer desarmar a diante de aparelhos de televisão em cadeia nacional obrigatória e gratuita e tudo isso sob o manto da Justiça Eleitoral. A lei protege a propaganda; jamais a agitação e muito menos agitação destrutiva.

Amaral espera pichador com segurança armado

Em sessão destinada à discussão do projeto que altera o Regimento da Constituinte, o Líder do PDS, Deputado Amaral Neto (RJ), afirmou que estará esperando pelos pichadores dos muros de sua casa com um guarda de segurança, armado com um rifle e autorizado a atirar para matar. Amaral afirmou estar respondendo à declaração do Presidente

da CUT, Jair Meneguelli, de que serão marcadas as residências dos constituintes que votarem contra a estabilidade.

Para Amaral, a ameaça do Presidente da CUT lembra o tempo em que os nazistas marcavam as residências dos judeus. Segundo ele, se a orientação de Meneguelli continuar, os constituintes terão que andar armados.

Cem assinaturas somem no plenário

BRASÍLIA — Cerca de cem assinaturas de Deputados para a autoconvocação extraordinária do Congresso desapareceram no plenário da Câmara, durante a votação do Regimento da Constituinte, na quinta-feira. A informação é do Líder do PFL no Senado, Carlos Chiarelli. O Senador disse ontem que as assinaturas haviam sido recolhidas pelo Deputa-

do Mendes Ribeiro (PMDB-RS), que deixou-as sobre uma das mesas do plenário, enquanto foi tomar café. Ao regressar, o papel havia desaparecido. As assinaturas de dois terços dos Deputados e Senadores são necessárias para que o Congresso possa funcionar durante o recesso e examinar, prioritariamente, a reforma fiscal anunciada pelo Governo.

'Progressistas' conseguem maioria. Na discussão

BRASÍLIA — A Constituinte fez ontem uma sessão destinada à discussão do projeto de alteração do Regimento Interno. Os "progressistas" conseguiram ser maioria e nenhum constituinte discursou apoiando a alteração aprovada na semana passada pelo Centrão, permitindo que qualquer emenda com 280 assinaturas seja considerada apresentada sem votação pelo plenário.

O Deputado Del Bosco Amaral (PMDB-SP), do Centrão, afirmou que o grupo pretende apenas garantir a preferência para votação das emendas que estiverem subscritas por 280 constituintes. O mérito de qualquer proposição, segundo ele, deverá ser decidido por 280 votos. Por isso, elo-

giou a tentativa do Presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, de tentar até o último momento um acordo para evitar o impasse. Para ele, o projeto de resolução apresentado pela Mesa foi um passo em direção ao entendimento.

O Deputado José Genoíno (PT-SP) afirmou ser impossível evitar o impasse diante das propostas apresentadas. Em sua análise, o Centrão estava apenas querendo acabar com o plenário e considerou uma vergonha a verdadeira caça às assinaturas dos constituintes.

O Deputado Aldo Arantes (PC do B-GO) afirmou ter ficado surpreso com a proposta apresentada pela Mesa. Para ele, Ulysses nada mais fez

do que nova alteração no projeto aprovado pelo Centrão. Aldo afirmou que a proposta institucionalizava o "voto-Boeing", em que o constituinte não precisa estar em Brasília para aprovar uma proposta.

Aproveitando a ausência dos integrantes do Centrão, o Líder do PC do B, Deputado Haroldo Lima (BA), afirmou que os "progressistas" apresentarão seis emendas supressivas ao projeto da Mesa. Nesses destaques, ele pretendia impedir a possibilidade de suspensão da sessão por 24 horas, quando a matéria em discussão não conseguisse 280 votos. Para ele, essa era uma maneira de permitir que as pressões contra os constituintes fossem mais intensas.

Covas proporrá votação à parte de sua emenda

BRASÍLIA — O Líder do PMDB na Constituinte, Senador Mário Covas (SP), vai propor, na sessão de hoje, a votação em separado de emenda de sua autoria que suprime a preferência automática para os pedidos de destaque acompanhados por 280 assinaturas, aprovada pelo Centrão na quinta-feira. Ontem, ele passou o dia tentando convencer os centristas da sua bancada a apoiarem a proposta.

Argumentando que as normas aprovadas pelo Centrão são tecnicamente inaplicáveis, Covas defende a alteração do artigo 2º do Regimento, que dispõe sobre as preferências. O artigo determina que as emendas que tenham um mínimo de 280 assinaturas "terão preferência automática, não sendo submetidas a votos...". O Senador sugere a eliminação do termo "automática" e o exame obrigatório da matéria pelo plenário. Ele assegura já ter conseguido um número expressivo de adesões.

— Entendo que este não é um problema político nem ideológico. É uma questão puramente parla-

mentar e partidária. Covas afirma não estar trabalhando uma posição pessoal:

— Se meu partido abrisse mão disso, eu abriria também afirmou o Senador.

O Líder do PMDB criticou ainda as declarações do Deputado Daso Coimbra (PMDB-RJ), que o teria acusado de estar radicalizando ao apresentar emenda ao substitutivo da Mesa que considera conciliador.

— Se o Daso diz que este projeto da Mesa é fruto de um acordo geral, porque que não o votaram antes?

— argüiu, acrescentando que na semana passada ele próprio "tinha a convicção de que sairia um acordo".

●DECISÃO — Os partidos de esquerda, que têm 51 votos na Constituinte, decidiram não apoiar o projeto da Mesa de alteração do Regimento Interno, que será defendido pelo Líder do PMDB, Senador Mário Covas. Para marcar posição política, eles tentarão votar um substitutivo próprio, que apresentaram ontem, e poderão obstruir a sessão solicitando destaques para votação de emendas individuais ao projeto da Mesa. Será um desfalque no grupo "progressista", que vinha unido contra o Centrão na batalha pela alteração do Regimento.